

1 **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DA**  
2 **UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, REALIZADA NO DIA 31 DE**  
3 **OUTUBRO DE 2017, ÀS 14:00 HORAS, NO MUSEU DE ARTE MURILO**  
4 **MENDES.**

5 Aos trinta e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete, às quatorze  
6 horas, na Sala do Conselho Superior, no Museu de Arte Murilo Mendes,  
7 regimentalmente convocado sob a Presidência do Professor Doutor Marcus Vinicius  
8 David e com as presenças dos Conselheiros: Girlene Alves da Silva, Kátia Maria Silva  
9 de Oliveira e Castro, Eduardo Antônio Salomão Condé, Mônica Ribeiro de Oliveira,  
10 Luis Paulo da Silva Barra, Valéria Faria, Marina Monteiro de Castro e Castro, Raquel  
11 Fallet Lawal, Ricardo de Cristofaro, Bernadete Maria de Sousa, Altemir José Gonçalves  
12 Barbosa, Gilmar José dos Santos, José Gustavo Francis Abdala, Jorge Carlos Felz  
13 Ferreira, Aline Araújo Passos, Lourival Batista de Oliveira Junior, André Silva Martins,  
14 Jeferson Macedo Vianna, Denise Barbosa de Castro Friedrich, José Otávio do Amaral  
15 Corrêa, Maria Alice Junqueira Caldas, Rogério de Souza Sérgio Ferreira, Maria Cristina  
16 Vasconcellos Furtado, Cristina Simões Bezerra, Rubens Luiz Rodrigues, Eliete do  
17 Carmo Garcia Verbena Faria, Victor Soares Lustosa Victor, Raquel Bernardo Fett,  
18 Pedro Rocha Badô, Iago do Nascimento Silva, Miguel Santos Guedes, Letícia Vieira  
19 Barros, Gabriel Martins Jorge, Mylena Palermo de Melo, Pedro Felipe de Souza  
20 Arruda, Conrado Jenevain Braga, Ricardo Bonfante, Pâmela Emanuelle Julião, Flávio  
21 Cardoso Sereno, Pedro Henrique Cuco, Márcio Roberto Sá Fortes, Heronides Filho e  
22 Dimas Augusto de Carvalho, realizou-se a reunião especial do Egrégio Conselho  
23 Superior da Universidade Federal de Juiz de Fora. Havendo número legal, o Senhor  
24 Presidente deu início à sessão. Primeiramente, o Senhor Presidente colocou em votação  
25 as atas das reuniões que ocorreram nos dias 27 de junho de 2017, 04 de julho de 2017  
26 Extraordinária, 13 de julho de 2017 e 15 de agosto de 2017, Extraordinária das oito  
27 horas, que foram aprovadas por maioria. Em seguida, deu as boas-vindas à nova  
28 representação discente presente pela primeira vez no Conselho Superior. Foram  
29 justificadas as ausências dos conselheiros: Liamara Scortegagna, Milene de Oliveira,  
30 Samuel Castro, Flávia Cavalieri Machado, Shirley Maria Policário, Denis Alves  
31 Perdigão, Fábio Alessandro Pieri e Peterson Marco de Oliveira Andrade. Nos  
32 comunicados da Presidência, o Senhor Presidente iniciou os informes falando sobre  
33 orçamento, lembrou a reunião ordinária realizada pelo Conselho Pleno da Associação  
34 Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), em  
35 Brasília, que contou com a participação do relator setorial de Educação e Cultura do  
36 Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA 2018), o senador David Samuel Alcolumbre  
37 Tobeles (DEM/AP), na qual ele sugeriu que os Estados realizassem solicitação de  
38 emendas de bancadas para serem incorporadas aos orçamentos das Universidades, uma  
39 vez que o relator só pode trabalhar com emendas e a inclusão à dotação constante do  
40 PLOA é de escopo decisório da Relatoria Geral. Relatou que depois de reuniões com  
41 reitores de Minas Gerais e a bancada de Minas, conseguiu-se aprovar uma emenda  
42 impositiva que representará um acréscimo de três milhões de reais no Orçamento de  
43 Capital para cada Universidade, e o objeto da emenda apresentada pela bancada é a  
44 Consolidação da Expansão das Universidades Mineiras. A mobilização dos reitores  
45 garantiu R\$ 35 milhões em emenda para universidades mineiras. Como resultado das  
46 negociações e empenhos dos dirigentes, foi assegurada emenda impositiva ao  
47 orçamento federal no valor de R\$ 35 milhões destinados para as universidades mineiras  
48 e de R\$ 7,5 milhões para os institutos federais. As emendas serão divididas igualmente  
49 entre as universidades e os institutos, respectivamente. A emenda foi determinada pela  
50 mobilização dos reitores das universidades e institutos federais do estado e foi

1 coordenada pelo Foripes - Fórum de Dirigentes das Instituições Públicas de Ensino  
2 Superior de Minas Gerais (Foripes/MG). Além disso, relatou que a Associação Nacional dos  
3 Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) também está em  
4 negociações para conseguir a chamada Emenda Andifes e ressaltou que as negociações  
5 estão otimistas indicando valores entre novecentos milhões de reais, o que representaria  
6 em torno de dezoito milhões de reais para UFJF. A emenda pretende assegurar a política  
7 pública de valorização da educação e da expansão do ensino superior, amenizando um  
8 pouco a crise, reservando R\$ 500 milhões para despesas correntes, enquanto os R\$ 400  
9 milhões restantes seriam direcionados para áreas de investimentos, como o Programa de  
10 Apoio a Planos de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais (Reuni).  
11 Comunicou também que a UFJF está em negociações com o MEC para tentar recuperar  
12 orçamentos de exercícios anteriores que geraram superávit ou geraram receitas não  
13 utilizadas por esta universidade e afirmou que a UFJF conseguiu avançar nas  
14 negociações de um dos itens de superávit no valor de dezessete milhões de reais e que  
15 os créditos já foram lançados. Relatou ainda que como faltam duas semanas para o  
16 fechamento do orçamento e da execução orçamentária está sendo feita uma operação de  
17 empenhos e despesa fixas, na intenção de trazer os lançamentos para serem discutidos  
18 na pauta inerente ao orçamento de 2018. Ressaltou a negociação realizada com o MEC  
19 para viabilizar a liberação dos restos a pagar de capital, relativos a obras paralisadas, no  
20 montante de R\$ 130 milhões (cento e trinta milhões). Salientou que, de acordo com o  
21 cronograma do MEC, a Universidade está chegando próximo ao final do exercício e isso  
22 permite avaliar que a execução está muito perto do que havia sido projetado na  
23 aprovação do orçamento 2017 e que no mês dezembro será possível apresentar as contas  
24 fechadas. Continuou os comunicados recordando o impacto gerado com a divulgação do  
25 vídeo “Na hora do lanche”, produzido pela Diretoria de Imagem Institucional da  
26 Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e os comentários em torno da discussão de  
27 gênero que invadiu as redes sociais. Após a polêmica envolvendo o vídeo, disponibilizado  
28 no canal oficial da UFJF no dia 11 de outubro, dois parlamentares chegaram a apresentar  
29 propostas de moção de repúdio à Universidade. A argumentação é que o trecho de cerca de  
30 20 segundos da fala da drag queen Femmenino, apresentadora do vídeo, durante visita  
31 ao Colégio de Aplicação João XXIII, desrespeita o Estatuto da Criança e Adolescente  
32 (ECA) e o Plano Municipal de Educação. Em razão do ocorrido, o Senhor Presidente  
33 relatou que recebeu o presidente da Câmara Municipal, vereador Rodrigo Mattos, no dia  
34 18 de outubro, quarta-feira, a fim de abrir um canal de diálogo entre a Universidade e o  
35 Legislativo. Durante a reunião da câmara de vereadores de terça-feira, os parlamentares  
36 retiraram os pedidos apresentados. Rodrigo Mattos solicitou ao reitor a indicação de um  
37 grupo de profissionais da Universidade e do Colégio João XXIII para conversar com os  
38 19 vereadores sobre as políticas educacionais das duas instituições. O reitor Marcus  
39 David comprometeu-se a discutir internamente com a comunidade acadêmica a  
40 possibilidade de disponibilizar profissionais para uma visita à Câmara. Após resposta  
41 realizada na segunda-feira (23), com a apresentação por parte da UFJF da proposta de  
42 um seminário para uma ampla discussão do tema com a participação dos vereadores da  
43 Câmara Municipal de Juiz de Fora, uma moção de repúdio ao Colégio João XXIII e à  
44 Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) voltou à pauta da Câmara de Juiz de Fora,  
45 na terça-feira (24), e foi aprovada por dez votos contra sete e uma abstenção. O Senhor  
46 Presidente registrou a serenidade da administração superior para conduzir a situação,  
47 enalteceu a abertura de diálogo por parte da presidência da Câmara de Vereadores de  
48 Juiz de Fora, contudo, salientou a grande dificuldade de diálogo com os interlocutores  
49 contrários a política interna da Universidade. Agradeceu o desempenho do Colégio de  
50 Aplicação João XXIII, principalmente junto aos alunos e seus responsáveis que ficaram

1 sob o fogo cruzado dos acontecimentos. Além disso, o reitor reafirmou sua posição  
2 filosófica, sociológica e didático-pedagógica da orientação que fundamenta o debate da  
3 diversidade em nossa política educacional em todos os níveis em que atuamos: do  
4 Ensino Básico ao Superior. Revelou que essa postura tem recebido manifestações de  
5 apoios de diversas instituições, entidades e movimentos sociais e sua intenção de  
6 continuar com o compromisso social de contribuir com o avanço e aprofundamento da  
7 democracia e com o combate às opressões e violências que ainda estão presentes em  
8 nossa sociedade. Por fim, informou que foi reiterado o convite aos Vereadores,  
9 encaminhado no dia 23 de outubro de 2017, para participarem, junto à comunidade  
10 universitária e à sociedade, do seminário sobre a política de educação e a questão da  
11 diversidade, que a UFJF realizará em novembro, no Campus da universidade, em Juiz  
12 de Fora. Em seguida, Marcus David relatou sobre o encontro de reitores mineiros com o  
13 Presidente Lula, em Diamantina. O conselheiro André Silva Martins, diretor da  
14 Faculdade de Educação, pediu a palavra para falar sobre a manifestação de apoio do  
15 fórum de diretores ao Colégio de Aplicação João XXIII. O Senhor Presidente também  
16 falou sobre assaltos ocorridos na UFJF no evento “Som Aberto”, no último sábado.  
17 Lembrou que a violência está presente em toda cidade de Juiz de Fora, como relatado  
18 pelo jornal local, e que isso também é uma preocupação da universidade. Enfatizou que  
19 outros eventos dessa ordem seriam realizados futuramente na UFJF, mas que precisaria  
20 ser feita uma avaliação pormenorizada para que houvesse maior segurança nesses  
21 eventos. Antes de iniciar a pauta, o conselheiro Rubens Luiz Rodrigues, presidente da  
22 Associação de Docentes de Ensino Superior de Juiz de Fora (Apes), pediu a palavra e  
23 propôs uma nota do Conselho Superior em apoio ao movimento que as entidades farão  
24 no dia 10 de novembro contra diversos atos do Governo Temer. Enfatizou a importância  
25 do movimento, previsto para o dia 10 de novembro, que pretende dar continuidade à  
26 resistência frente às exigências postas à classe trabalhadora, exigência em torno da  
27 revogação da reforma trabalhista, da lei das terceirizações, contra a reforma da  
28 previdência e contra os ataques ao serviço público. Apresentou e fez a leitura da nota de  
29 resistência e defesa aos direitos dos trabalhadores, de defesa do serviço público e de  
30 defesa aos ataques à liberdade de pensamento dos professores e professoras para  
31 aprovação do Consu. Após a exposição o Senhor Presidente abriu a pauta para  
32 discussão e fez encaminhamento favorável da aprovação da nota argumentando que, no  
33 momento atual, esses assuntos têm sido de constantes debates é, portanto, coerente o  
34 apoio à nota. A moção foi aprovada por unanimidade. Em seguida iniciou-se a ordem  
35 do dia com a deliberação do item **1.1 - Processo nº 23071.005817/2017-92 – Proposta**  
36 **de alteração da Resolução 19/2014-Consu, que dispõe sobre a implantação do**  
37 **programa de monitoramento da Gestão Ebserh. (Parecer: Conselheira Cristina**  
38 **Bezerra)**. O Senhor Presidente passou a palavra para a relatora que procedeu a leitura  
39 de seu parecer. Após a apresentação o conselheiro Dimas Carvalho pediu a fala e fez  
40 algumas considerações sobre o relato. Não havendo mais inscrições, em regime de  
41 votação o parecer elaborado pela diretora da Faculdade de Serviço Social, Cristina  
42 Simões Bezerra, foi aprovado por maioria, com uma abstenção. Assim sendo, o  
43 Conselho Superior da Universidade Federal de Juiz de Fora, resolveu alterar a  
44 Resolução 19/2014, no que tange ao art. 3º. A seguir, dando continuidade à ordem do  
45 dia relativa às proposições que independem de parecer, passou-se ao próximo ponto de  
46 pauta relativo ao item **2.1 - Indicação formal e aprovação de um representante da**  
47 **sociedade civil para compor a Comissão Própria de Avaliação (CPA/UFJF)**. O  
48 Senhor Presidente esclareceu aos conselheiros o pedido realizado pela Comissão Própria  
49 de Avaliação- CPA para a indicação formal de um representante da sociedade civil para  
50 sua composição. Propôs que a indicação seja feita pelo Fórum Popular Sindical e a

1 proposta foi aprovada por unanimidade. Dessa forma o Conselho Superior aprovou, por  
2 unanimidade, a proposta de que a indicação de um representante da sociedade civil para  
3 compor a Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Universidade Federal de Juiz de  
4 Fora, conforme previsto no inciso IV do Art. 3º do Regimento da CPA/UFJF, seja  
5 realizada pelo Fórum Popular Sindical de Juiz de Fora. Na sequência, iniciou-se a  
6 deliberação das proposições com parecer, item **3.1 – Recursos em última instância  
7 contra indeferimento de matrículas – cota para candidatos com deficiência.** Foi lido  
8 e aprovado, em última instância o parecer sobre os recursos contra o indeferimento de  
9 matrículas de estudantes com deficiência aprovados por meio de cota. Portanto, O  
10 Conselho Superior da Universidade Federal de Juiz de Fora resolveu indeferir por  
11 maioria, com três abstenções, os recursos administrativos impetrados pelos interessados  
12 dos processos 017625/2017-29 José Adilson Toledo; 017626/2017-73 Israel Teles de  
13 Oliveira; 016930/2017-01 Weiffer da Silva Tavares; 019121/2017-43 Bruna Souza de  
14 Oliveira Canto; 018837/2017-23 Washington Moreira da Silva, que tratam dos  
15 resultados da análise que indeferiu matrícula do grupo de cotas para candidatos com  
16 deficiência. Depois foi deliberado o próximo item **3.2- Recurso de Análise  
17 Socioeconômica que indeferiu matrícula.** Foi analisado e aprovado pela maioria, com  
18 cinco abstenções, o recurso de análise socioeconômica por indeferimento de matrícula,  
19 tendo em vista o que consta do processo 022225/2017-35, tendo como interessada a  
20 candidata Rayssa Aparecida Ladeira. Em seguida passou-se ao próximo ponto de pauta  
21 item **3.3 - Processo nº 23071.021750/2017-33 – Proposta de alteração do Regimento  
22 da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) da Universidade Federal de  
23 Juiz de Fora. (Parecer: Conselheira Denise Barbosa Friedrich).** Foi relatora a  
24 conselheira Denise Barbosa de Castro Friedrich - diretora da Faculdade de Enfermagem.  
25 Após longo debate, face aos questionamentos formulados por alguns conselheiros, foi  
26 proposto pela presidência da mesa a criação de uma comissão para discutir o assunto  
27 com a CPPD, antes da realização da deliberação do tema pelo Conselho Superior. Além  
28 disso, foi firmado o compromisso de retornar com o assunto, logo após as  
29 considerações realizadas pela comissão ao conselho. A proposta foi aprovada por  
30 unanimidade e o tema retirado temporariamente de pauta. A comissão ficou composta  
31 pelos conselheiros André Martins, Kátia Maria Castro, Denise Friedrich e Conrado  
32 Jenevain. O próximo item de discussão foi à pauta inerente ao item **3.4 - Processo nº  
33 23071.008279/2017-98 – Proposta de alteração do artigo 4º da Resolução 54.2016  
34 Consu da Universidade Federal de Juiz de Fora. (Parecer: Conselheira Aline  
35 Passos).** Foi colocada em discussão a proposta de alteração do artigo 4º da Resolução  
36 54/2016, que trata de normas para flexibilização da jornada de trabalho para ampliação  
37 da flexibilização da jornada aos servidores que da Universidade Federal de Juiz de Fora  
38 que exercem função gratificada. Flávio Sereno, presidente do Sintufejuj, pediu a  
39 retirada de pauta para que fosse aguardado parecer da Advocacia-Geral da União  
40 (AGU) de uma consulta feita pela comissão que estuda a proposta de flexibilização.  
41 Após ampla discussão sobre o tema o conselheiro Pedro Henrique Cuco pediu vista do  
42 processo e, diante disso, o pedido foi concedido, ficando o retorno da discussão  
43 agendado para a próxima reunião do Conselho Superior, que ficou marcada para terça-  
44 feira, 07 de novembro de 2017. Encerrada a pauta do dia, foi aberto o prazo para  
45 assuntos gerais. O reitor Marcus David informou sobre o andamento da nova resolução  
46 sobre a pós-graduação lato sensu. A minuta da resolução será enviada aos diretores para  
47 aperfeiçoamento e será submetida à reunião do Consu em novembro. Concluída às três  
48 horas de reunião, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a  
49 reunião, secretariada por mim, Rodrigo de Souza Filho, que para constar lavrei a

1 presente ata que dato e assino. Em tempo, foram justificadas as ausências dos  
2 conselheiros Maria das Graças Chaves e Paulo Dimas.

3  
4 Juiz de Fora, 31 de outubro de 2017.

5  
6  
7 **Rodrigo de Souza Filho**  
8 **Secretário Geral**

9  
10  
11 **Prof. Dr. Marcus Vinicius David**  
12 **Reitor da UFJF**

13  
14  
15  
16 ATA APROVADA NA REUNIÃO DO DIA \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

1.	2.
3.	4.
5.	6.
7.	8.
9.	10.
11.	12.
13.	14.
15.	16.
17.	18.
19.	20.
21.	22.
23.	24.
25.	26.
27.	28.
29.	30.
31.	32.

33.	34.
35.	36.
37.	38.
39.	40.
41.	42.
43.	44.
45.	46.
47.	48.
49.	50.
51.	52.
53.	54.
55.	56.